

# Democracia paralítica

José Nêumanne

Em sua entrevista coletiva, improvisada na Casa da Dinda domingo, o presidente Fernando Collor de Mello confessou aos repórteres não dispor de maioria permanente e sólida no Congresso Nacional, mas de posições instáveis, dependentes do humor das bancadas, em cada votação. E encontrou um motivo forte para essa situação anômala: a eleição solteira de 1989, da qual saiu como vencedor incontestado.

Collor tem, e não tem, razão, como diria Magalhães Pinto, bom mineiro, nos velhos tempos. Tem razão, quando constata que não tem maioria duradoura, mas instável. E também está certo ao encontrar uma relação entre a eleição solteira de 1989, na qual ele venceu partidos e políticos, e a relação ciclotímica entre os Poderes Executivo e Legislativo, hoje em dia. Mas incorre em equívoco no instante em que estabelece como sendo de causa e efeito tal relação, quando, na verdade, a eleição presidencial não foi mãe solteira das atuais dificuldades na questão da governabilidade, mas são irmãs. Diria mais: irmãs siamesas.

A causa das dificuldades de relação entre o governo federal e o parlamento, do ponto de vista político, mas também do institucional, não é o fato de o presidente ter sido escolhido pela maioria da sociedade numa data em que não ocorreram outras eleições. O verdadeiro motivo da disfunção é a própria natureza frágil da democracia brasileira.

Quem freqüenta os corredores do Congresso Nacional, nos dias de hoje, sabe muito bem que o presidente fala a verdade ao apontar a evidência da desimportância de seu partido, o PRN, nas negociações políticas entre o governo e os parlamentares. Na verdade, quem cumpre tal papel é a amalgama estranha que atende pela sigla de PFL e serve de apoio — frágil, é verdade — não a este, mas a qualquer presidente da República. A relação entre o PFL e o chumbo do **Diário Oficial** é tão íntima, sempre, em qualquer governo ou regime, que pode ser definida como uma espécie de vício, o vício do exercício do poder. Isso sem ofensa nenhuma, por favor.

Mas Fernando Collor de Mello é o último dos brasileiros a poder reclamar de tal situação. Afinal, nada fez para que seu próprio partido de faz-de-conta, o PRN, tivesse atuação mais expressiva nas eleições parlamentares do ano passado. O PFL ocupou esse vácuo de poder por ser especialista no assunto, como Ayrton Senna o é na conquista de **pole positions** nos treinos dos Grandes Prêmios de Fórmula-1. Da mesma forma, não se pode dizer que a escolha, primeiro, de Bernardo Cabral e, depois, de Jarbas Passarinho, para指挥ar o jogo político do governo no Congresso, venha a ser prova irrefutável da vontade presidencial de ter com o Poder Legislativo uma relação segura e respeitável. Do ponto de vista contextual, essas duas atitudes de Collor explicam a crô-

nica incompetência do governo em sua articulação política com o Congresso.

A instabilidade institucional, portanto, não se deve ao fato de o presidente ter sido escolhido sem o apoio — na verdade, com a rejeição — de partidos e políticos, mas à própria fragilidade das instituições. O que garante a vitória das propostas oficiais na maioria das votações do Congresso não é a eficiência dos articuladores políticos nomeados por Collor para tal missão, mas o fato de também não existir uma oposição orgânica e articulada, capaz de impedir o uso permanente da pressão exercida pelo Palácio do Planalto sobre o prédio vizinho, em pleno centro da Praça dos Três Poderes.

Mesmo sem maioria perene, o governo federal é o grande vencedor desse cabo-de-guerra estabelecido com o Congresso, principalmente por usar — sem pudor nem receio — o autoritário instrumento da medida provisória. Na prática, Collor legisla e o parlamento apenas reage, com sim ou não, às iniciativas legislativas do Executivo. Durante o primeiro semestre da atual legislatura, os parlamentares foram afogados sob uma pilha de papéis contendo projetos oficiais, medidas provisórias e vetos presidenciais, não podendo sequer respirar.

A velocidade das votações foi tão impressionante que, num determinado momento, o líder do PSDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, foi obrigado a pedir ao presidente da Mesa, Mauro Benevides, que informasse sobre o que o plenário estava decidindo naquele preciso momento. Ao contrário do que os meios de comunicação fazem a sociedade pensar, o Congresso Nacional trabalha, regra geral, em excesso. O problema é que esse trabalho excessivo é voltado para o rumo errado. O parlamento não cumpre sua função precípua de legislar e fiscalizar a administração executiva por falta de tempo e de prática, mercê de uma situação institucional anômala, que precisa ser corrigida, sob pena de se paralisar o processo democrático, emperrado pela volúpia de poder do Executivo e pela desarticulação doentia dos legisladores.

O problema do parlamento não é trabalhar mais, mas operar melhor. Enquanto estiver afogado pela enxurrada de iniciativas, medidas provisórias e vetos presidenciais, o Poder Legislativo não conseguirá cumprir seu papel de representante da vontade política majoritária nacional no núcleo decisório da República. O Congresso precisa tomar consciência de seu próprio poder institucional — normalmente trocado, a preço de banana, pelo fisiologismo rasteiro —, para ser mais eficiente e mais respeitado. Com isso não ganharão deputados federais e senadores, mas a sociedade que, enfim, passará a dispor mesmo de uma democracia digna de tal denominação.